

Os moradores de 48 parcelamentos irregulares já começaram a receber os carnês do IPTU. O síndico do San Diego, José do Nascimento (foto), critica a data escolhida para os vencimentos das parcelas.

BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2005
 Editora: Samanta Sallum//
 samanta.sallum@correioweb.com.br
 Subeditores: Ana Paixão, Roberto Fonseca,
 Valéria de Velasco e Wilmar Alves
 Coordenadora: Taís Braga//
 taís.braga@correioweb.com.br
 e-mail: cidades@correioweb.com.br
 Tels. 3214-1180 • 3214-1181
 fax: 3214-1185

URBANISMO *DF Brasília*

Governo e moradores tentam encontrar uma fórmula para regulamentar a instalação de cercas nas 6.688 casas do Plano Piloto. Conselho Comunitário da Asa Sul debaterá as propostas hoje à noite

Grade em discussão

CAROLINA CARABALLO
 DA EQUIPE DO CORREIO

Moradores das quadras 700 das asas Sul e Norte se mobilizam junto com o Governo do Distrito Federal (GDF) na elaboração de um projeto de lei para regulamentar a instalação de grades ao redor das casas. A reivindicação é antiga, porém esbarra na irregularidade. De acordo com a atual legislação, as cercas são proibidas porque não estavam previstas no plano urbanístico original da cidade. Mas o medo da crescente violência fez com que os moradores colocassem grades. O problema é ainda maior pois a Secretaria de Fiscalização do Distrito Federal (Sefau) constatou uma série de abusos, como invasão de área pública, estreitamentos de passagens para pedestres e construções indevidas.

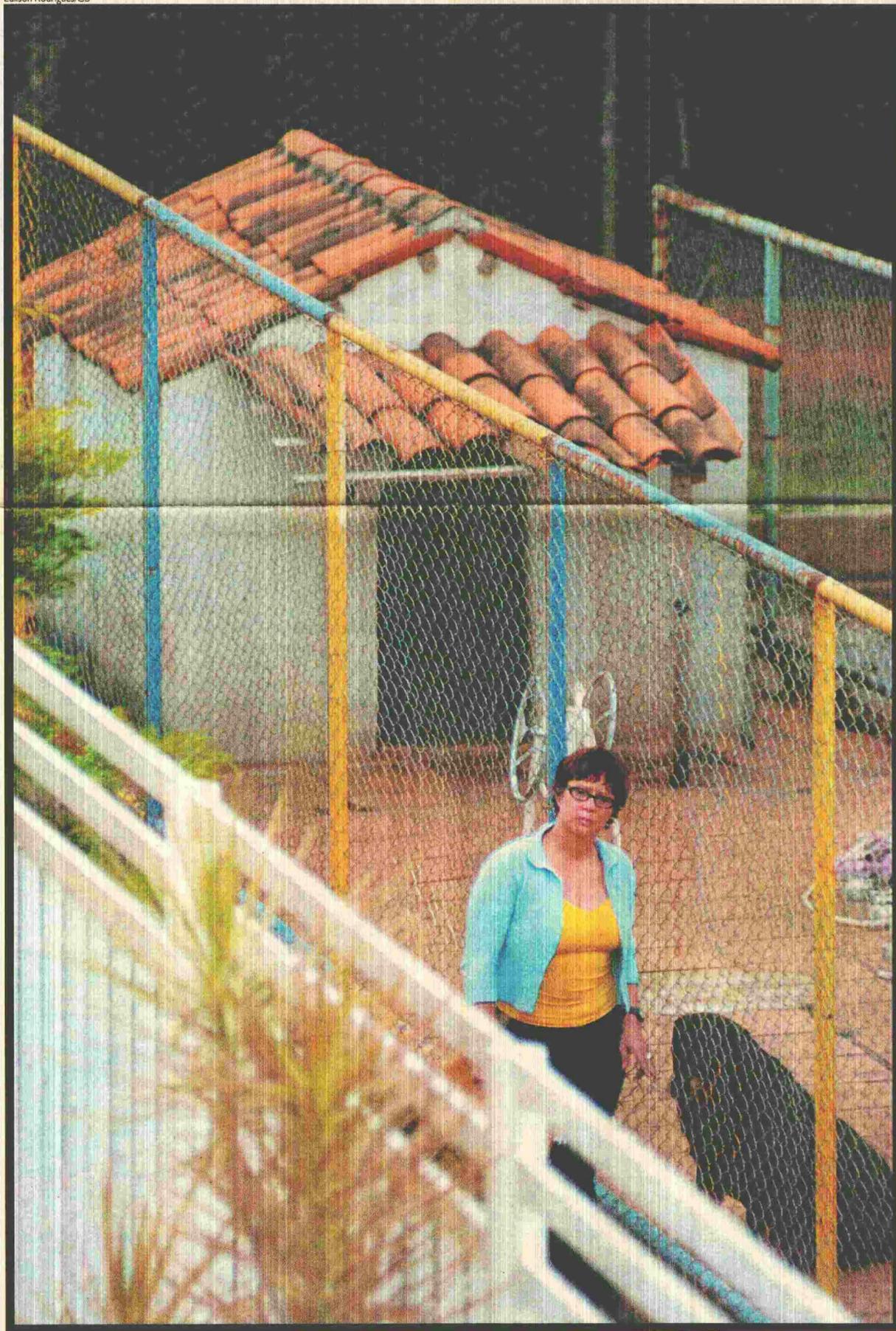
O subsecretário de Fiscalização, José da Luz, garantiu que até o final deste mês um mapeamento das irregularidades estará concluído. "Assim que acabarmos o levantamento, vamos iniciar as notificações. Os moradores terão um mês para retirar as cercas", garantiu. A região concentra 6.688 casas, de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2004. Proprietários de residências na Asa Sul se reúnem hoje à noite com o Conselho Comunitário da região e com o administrador de Brasília, Clayton Aguiar no Centro Cultural Renato Russo, na 508 Sul. A idéia é criar sugestões – como já fizeram os moradores da Asa Norte – para que as grades continuem onde estão. Na próxima sexta-feira, Clayton Aguiar se encontra com a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Meirelles Motta, para reunir todas as propostas e discutir qual a melhor forma de pleitear a nova regulamentação com o governador Joaquim Roriz.

Violência

A dona do Teatro Mapati, Tereza Padilha, está ansiosa pela legalização das cercas. Ela viu o empreendimento – localizado ao lado da própria casa, na 707 Norte – ser roubado pelo menos cinco vezes no último ano. E confessa viver assustada, com medo de novas investidas dos bandidos. "Não sou uma defensora das cercas, sei que não é justo limitar acessos e passagens. Mas, para retirarmos a grade, é preciso acabar com a violência", argumentou Tereza. Além do cercamento, a empresária ainda reforçou a segurança com dois rottweilers. Para tanto, construiu uma casa de alvenaria para os cachorros na lateral da casa. "Sei que a construção é irregular, mas na falta de policiamento, só posso contar com os meus cães", justificou.

Ciente dos problemas de segurança enfrentados por Brasília, Clayton Aguiar afirma que os tempos mudaram. "Quando a cidade foi construída, era possível dormir com a janela do quarto aberta. Hoje, é capaz dos bandidos levarem até o morador se encontrarem tamanha facilidade", avaliou. "A cidade precisa se adaptar às mudanças."

Edilson Rodrigues/CB



Medidas de segurança

Os problemas com a violência são levados em conta até mesmo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O superintendente regional do órgão, Alfredo Gastal, é contra as cercas nas quadras 700 do Plano Piloto. Mas admite que a retirada das grades deve ser feita somente se medidas concretas para combater o crime forem implantadas. "Não dá para imaginar que a população vá ficar à mercê da banditagem", ressalta Gastal. "Não podemos esquecer, no entanto, que a maioria dos moradores viu no cercamento a possibilidade de aumentar o espaço das casas."

Menos flexível quanto à presença das grades, o arquiteto Carlos Magalhães, representante do escritório de Oscar Niemeyer em Brasília, relembra grandes embates com os moradores da região quando foi secretário de Obras do DF, entre 1985 e 1988. "Tirei todas as grades, fui muito duro", ressaltou o ex-integrante do Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Compresb). "Esse pessoal não quer segurança. Eles querem avançar na área pública para construir garagem, jardim, churrasqueira. E o pedestre é obrigado a passar por estreitos corredores entre as grades."

Efetivo policial

Para o presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Ricardo Pires, tanto o Iphan quanto o Compresb são coerentes ao se posicionarem contra o uso de cercas. No entanto, ele lembra que moradores idôneos, que não visam aumentar a propriedade particular, sofrem com a violência. "Sem as cercas, as janelas das residências ficam ao alcance de qualquer um. E a polícia não tem um efetivo grande o suficiente para melhorar a segurança dessas pessoas. É preciso pensar em todos na hora de regulamentar as grades. Vamos lutar pela permanência das cercas, mas não toleraremos abusos." (CC)

MEMÓRIA

Lei aprovada em 1993

O uso de grades para cercar casas das quadras 700 já foi permitido. Em setembro de 1993, o então deputado distrital Cláudio Monteiro apresentou um projeto de lei, que acabou aprovado pela Câmara Legislativa. O texto previa que as cercas frontais das residências poderiam se estender até

no máximo até três metros a partir da parede do imóvel. Era permitido também cobrir a área, mas sem fechá-la por completo. O espaço deveria ser utilizado como garagem ou varanda. Nas casas que ficam nas esquinas, as grades frontais e laterais não poderiam invadir o passeio público. E as residências que ladeiam passagens de pedestres deveriam deixar um afastamento mínimo de três metros entre uma

cerca e outra, para que a área de circulação não ficasse prejudicada. A lei vigorou até março deste ano, quando o Tribunal de Justiça do Distrito Federal acatou um pedido do Ministério Público e considerou inconstitucional a proposta aprovada pelos distritais. No entendimento dos desembargadores, leis que normatizam o uso de áreas públicas são de competência do Poder Executivo. (CC)

TEREZA PADILHA TEVE O TEATRO ROUBADO CINCO VEZES NO ANO PASSADO: "PARA RETIRARMOS AS GRADES, É PRECISO ACABAR COM A VIOLÊNCIA"

AINDA DÁ TEMPO DE FICAR MELHOR NA FOTO.

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA TRANSFERÊNCIAS E MATRÍCULAS DE GRADUADOS DO ENSINO SUPERIOR.

IESB
 3340.3117
 www.iesb.br